



AS NOTÍCIAS POLÍTICAS PUBLICADAS NO JORNAL LOCAL A GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA EM 1968

Jocemara Maria de Campos¹

Letícia Leal de Almeida²

1. INTRODUÇÃO

Discutiremos o uso do jornal como uma fonte relevante para adquirir conhecimento sobre o passado, Lapuente (2015) cita o jornal como uma importante ferramenta para a realização de pesquisas históricas, sendo mais uma fonte disponível para ser usada pelo historiador. Calonga (2012) ainda completa que os jornais impressos proporcionam a aquisição de um rico conhecimento sobre o passado, que são importantes para que se possa compreender o tempo presente.

O período da ditadura militar refere a um período de grande impacto no Brasil, que também deixou suas marcas na região de Rio Negro PR. A Ditadura Militar foi marcada por grandes acontecimentos no Brasil, Cordeiro (2009) salienta sobre a dualidade do período, apresentando as transformações econômicas, censura e a violência, assim torna-se relevante investigar como as notícias políticas deste período foram publicadas no jornal local, em uma cidade de pequeno porte.

Faz-se relevante discutir sobre a relação do jornal impresso com a ditadura militar, sobre a censura destinada a estes meios de comunicação, tão usados no período, abordando sobre o tema político, assunto este que interfere diretamente na vida das pessoas.

A metodologia para a realização da pesquisa será de cunho analítico buscando utilizar a análise do discurso, Silva e Denipoti (2005) cita que o objeto da análise do discurso é o próprio discurso, permitindo uma análise que vai além das frases, ou seja, o texto. A referida autora ainda considera a análise do discurso como uma linguagem que não é transparente, que procura detectar no texto como ele significa, apreendendo a prática da linguagem, o homem falando, como um “trabalho simbólico que faz e dá sentido, constitui o homem e sua história” (SILVA e DENIPOTI, 2005, p. 01). Os indivíduos utilizam a linguagem como uma forma de comunicação que de certo modo transforma a sua realidade, pois traz sentido, sendo segundo Silva e Denipoti (2005) essa capacidade de atribuir sentidos que interessa à Análise do Discurso.

Silva e Denipoti (2005) concebem a linguagem como mediação entre os sujeitos e a realidade natural e social, sendo essa mediação o próprio discurso, buscando refletir sobre a forma como a linguagem está materializada

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: jocemaradecampos@gmail.com

² Orientadora. Doutoranda em História pela UFSC.

na ideologia e como esta ideologia se manifesta na língua, compreendendo como a linguagem produz diferentes sentidos para os indivíduos.

Desse modo serão pesquisadas as notícias políticas do jornal local *A Gazeta de Rio Negro e Mafra*, sendo um total de seis exemplares, que se encontram na Biblioteca Pública Municipal Professora Alzira do Vale, do ano de 1968, ano que corresponde ao período da Ditadura Militar no Brasil, buscando analisar os discursos políticos emitidos pelo Jornal mencionado, focando em uma pesquisa de cunho analítico.

JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA

O jornal faz parte do cotidiano das pessoas, partindo deste princípio percebe-se como o jornal se relaciona com a História, sendo esta derivada da vida cotidiana das pessoas Cerri (2010) ao comentar Rüsen, argumenta que é perante a vivência dos sujeitos que se recorrem as representações do sentido do tempo, relacionando este pensamento à reflexão sobre a história presente na vida prática dos seres humanos, sendo apresentada por diferentes fontes e métodos, mas com uma essência que visa conhecer a si e aos outros no tempo, buscando explicar o mundo. O jornal como fonte histórica parte deste princípio, pois registra acontecimentos de uma dada sociedade em um determinado tempo, deixando em suas páginas informações passíveis de serem acessadas por diferentes historiadores na busca por conhecimento histórico.

Na visão de Calonga (2012) os jornais são relevantes fontes para pesquisa, onde o trabalho com a imprensa constitui para o pesquisador uma possibilidade de participação em contextos específicos, porém deve-se salientar que o jornal não é um transmissor imparcial ou neutro em suas colocações, assim faz-se necessário utilizar uma metodologia que consiga trabalhar com o jornal percebendo esta característica, pois “para além de serem empresas privadas, os interesses desses órgãos não são estritamente financeiros: procuram representar valores ou interesses de setores da sociedade” (Chammas, 2012, p.15).

A utilização do jornal como um meio de comunicação em massa é utilizado com diferentes estratégias de leitura, dependendo do grupo a qual ele se destina. Dias (2006) ao analisar dois jornais de grande porte, frisam que os editoriais são fontes privilegiadas, porque deixam clara a posição do jornal

perante o ocorrido, porém o número de pessoas que leem o editorial é pequeno, entretanto esse pequeno grupo são os rotulados líderes de opinião, que retransmitem essas informações para as demais pessoas. Já as manchetes atingem um número bem maior de pessoas, mediando as informações de forma mais simples e direta, devendo as mesmas receber um tratamento especial devido seu impacto nos leitores.

Calonga (2012) cita a historiadora Maria Helena Capelato, que afirmava que os exemplares de jornais proporcionam a aquisição do conhecimento sobre o passado, possibilitando acompanhar o percurso da sociedade no decorrer do tempo. Essa afirmação direciona-se a um contexto referente à renovação historiográfica advinda, segundo Calonga (2012) da chamada Nova História, que representou o estudo de novos objetos e abordagens, ampliando-se assim a noção de documento histórico, inclusive os métodos de pesquisa.

Uma questão relevante para se discutir quando se fala análise de discurso em jornais, refere-se ao conceito de representação. Chartier (1988) apresenta a noção de representação, relacionada à compreensão do funcionamento da sociedade ou para definir as operações intelectuais que permitem compreender o mundo. Na apresentação do texto o autor busca perpassar a realidade dos fatos, Chartier (1988) fala que a relação do texto com o real, ou seja, aquilo que o texto apresenta como real se constitui através de modelos discursivos e delimitações intelectuais, sendo próprias de cada situação de escrita, sendo necessário assim apreender suas especificidades enquanto texto, situado relativamente a outros textos, tendo em vista produzir mais do que uma simples descrição. Assim o referido autor cita que o real assume um novo sentido, uma representação, onde “aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita”. (Chartier, 1988, p. 63).

No que se refere à perspectiva política, o jornal é muito utilizado, assim em suas páginas ficam registrados diversos vestígios da história política de determinada região.

A imprensa foi e é um dos meios de veiculação de ideias. No Brasil teve papel importante dentro do jogo político por se apresentar como instrumento de divulgação das plataformas eleitorais, assim como, de construção das imagens dos políticos, seja a nível regional ou nacional. (AGUIAR, 2010, p.01)

Aguiar (2010) ainda cita que o discurso do jornal estabelece uma relação com o Estado e a vida cotidiana das pessoas, se constituindo assim num elemento relevante na construção e na reconstrução da história, que aproxima as práticas políticas, econômicas, sociais e ideológicas dentro das dinâmicas da sociedade, como um ator social na construção da memória coletiva.

A censura aos jornais, mencionada por Nascimento (2013) retratam dois caminhos uma de cunho político, onde a política se restringia ao fato do jornal se adequar as vontades, do Estado, e outra de cunho empresarial, onde os anunciantes detinham o poder de divulgar as propagandas, que muitas vezes tomavam o lugar da notícia.

HISTÓRIA POLÍTICA

O tema político refere-se a um assunto muito importante, visto que interfere na direção da sociedade como um todo, porém este tema nem sempre foi visto desta forma na historiografia. Clemente (2011) cita que a história política, estava ligada as visualizações do poder nas mãos do Estado, analisando sujeitos importantes e detentores de poder, assim eram alvos dos historiadores. Néspoli (2015) ainda completa que a história política tradicional preferia o estudo do Estado e das classes dominantes, apresentando-as assim como únicos sujeitos do desenvolvimento histórico, onde:

O desafio para a história política consiste em superar a abordagem tradicional (narrativa e concepção institucional do poder) e assimilar a noção dos Anales de que a história é composta por uma pluralidade de tempos com diferentes ritmos de duração (NÉSPOLI, 2015, p. 04).

Clemente (2011) cita que o sujeito comum era excluído da história, não tendo direito ao registro das suas memórias, portanto, foi com a Escola dos *Anales*, em meados do ano de 1929, que se inaugurou um novo pensamento relacionado ao conhecimento histórico, assim como aos seus métodos e temas pesquisados. Sobre a História Política, destacamos:

O que a princípio é político afeta o social, o cultural, o econômico e assim por diante (...). Nessa ótica, dizer que o estudo do político influenciou e sofreu influência de muitos outros campos da história é o óbvio. Porém, a análise dos objetos políticos, ou da política, iniciou-se, como já observamos com os olhares voltados para os grandes nomes da política, as instituições, o Estado, que perdurou durante muito tempo como objeto por excelência na produção histórica. (CLEMENTE, p. 04, 2011).

Samways (2007) aponta que a Revista dos *Anales* se mostrou contra a história política dedicada as pesquisas de reis, das grandes batalhas e governos, história esta praticada nos séculos XIX e início do XX, que era apegada às narrativas cronológicas, à memorização de nomes e datas, “ignorando, assim, aspectos importantes da estrutura social” (SAMWAYS, 2007, p. 05), propondo uma renovação no campo das pesquisas historiográficas, apresentando novos objetos e novas formas de análises, relacionados com a realidade e ao cotidiano.

A política em si, possui grande influência na vida das pessoas. Segundo Samways (2007) essa percepção pode ter explicado o ressurgimento das análises referentes ao estudo do político, pois são inúmeras atribuições que fazem parte das responsabilidades do Estado, onde as decisões políticas podem mudar completamente os rumos da sociedade e da economia, assim o olhar de alguns historiadores mudou.

A história política deixava de ser aquela dos reis e dos tronos, para abordar o estudo da participação na vida política, dedicando sua análise a processos eleitorais, mídia, ideologias, partidos, culturas e comportamentos políticos, incorporando também aqueles que seriam os excluídos da história e não sendo mais elitista ou individualista. (...) A história política demonstra, dessa forma, que o político não pode ser considerado como mero reflexo de outras instâncias, como o econômico. O político tem uma existência própria que pode influenciar outros aspectos da sociedade. (SAMWAYS, 2007, p.07).

Néspoli (2015) vislumbra na política uma análise de atitudes e comportamentos do cidadão dito comum, onde o conceito de cultura política refere-se ao “o conjunto de valores e comportamentos políticos que predominam entre uma determinada população” (NÉSPOLI, 2015, p.2), contribuindo para a generalização da noção onde os padrões culturais são componentes do ambiente político das sociedades, desempenhando um papel muito importante na relação entre a sociedade e o Estado, pois como cita Félix (1998) que o significado do político, como dimensão que afeta diretamente o cotidiano, relaciona-se ao papel do Estado, ao sentido do conceito de pátria, nação e identidade.

Percebe-se assim que com a Nova História Política é que os estudos historiográficos passam a tratar as pesquisas de cunho político de outras perspectivas teóricas. Visto a importância do tema para a sociedade, e da pluralidade de objetos para pesquisa, referentes à história da política, para contribuir para uma melhor pesquisa, como por exemplo, o período da Ditadura Militar. O estudo da História da

Política no período militar é de suma importância, pois a história política busca “analisar justamente esses momentos em que um evento particular pode determinar mudanças na sociedade” (SAMWAYS, 2007, p. 09).

DITADURA MILITAR

A Ditadura Militar foi um governo autoritário, em que o poder político foi efetivamente controlado pelos militares. O referido regime durou mais de 20 anos (1964-1985), Dias (2010) aponta que no dia primeiro de abril João Goulart foi deposto, a partir de um golpe de estado, assim o regime militar teve início alguns dias depois. Samways (2007) defende que diversas crises e mudanças na economia proporcionaram o acesso dos militares ao poder, buscando defender os bens de uma elite, que estava sendo prejudicada com os rumos que a economia estava tomando. Além dos fatores internos o golpe foi “planejado e apoiado por setores internacionais que viam perigo no avanço do comunismo e do sindicalismo no Brasil e que esperavam por medidas necessárias para garantir a tranquilidade dos capitais aqui investidos” (SAMWAYS, 2007, p. 04).

Fico (2002) cita que em regimes políticos de cerceamento da liberdade a imprensa cumpre o papel de memorizar uma abundante e variada gama de informações, mostrando sua indignação ou buscando contornar a censura, sendo a mesma bem peculiar, voltada tanto para a imprensa como para as diversões públicas.

O período da Ditadura Militar foi marcado por diversas transformações na vida política, social e cultura do país. Moraes (2003) cita que o Golpe Militar de 1964 representou um período de sérias restrições à liberdade da sociedade e da imprensa de se expressar, afetando assim o direito dos sujeitos de se informar e de informar com exatidão e independência, pois o país passava por um momento de vigilância cerrada sobre todos os setores. Moraes (2003) ainda fala que a criação dos Atos Institucionais durante o Regime Militar, foi uma forma de legalizar rapidamente as medidas do novo governo e ocupar o espaço político.

A Ditadura Militar se estruturou de forma plena com a edição dos AIs. No AI-2, o presidente prorrogou seu mandato até 1967, assim como estabeleceu a eleição indireta para presidente, extinguindo os partidos políticos e permitiu ao executivo cassar mandatos. Ao longo de seu mandato, em 1966, como respostas às pressões pelo fim do regime, foi instituído o AI-

3, tornando indiretas as eleições para governador. Em dezembro do mesmo ano foi editado o AI-4, que fechou o Congresso e determinou as regras para aprovação da nova constituição, votada em janeiro de 1967. (...) E para quem não acreditava que se vivia em um regime ditatorial, o AI-5 veio para provar que os militares não teriam clemência (NASCIMENTO et al. 2013, p. 5).

Nascimento (et al, 2013) comenta que o Ato Institucional de número 5. O AI-5 foi muito temido, pois dava fim aos direitos civis, fechava o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, e que além de permitir a cassação dos parlamentares, também limitava o Poder Judiciário, suspendendo a possibilidade de *habeas-corpus* no caso de ser cometidos crimes ditos políticos. Fico (2002) ainda completa que o AI-5 intensificou a censura na imprensa, tornando-se rotineira, onde as instituições passaram a obedecer às instruções emanadas pelo alto poder.

Fico (2002) cita que em 1968 a história apresenta como o período militar mais radical, conhecida como linha dura, fazendo uso de diversos instrumentos de repressão, como a censura prévia aplicada nos jornais, na TV e no rádio, visando resgatar os bons costumes. Fico (2002) cita que o órgão responsável por realizar este trabalho era a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que censurava o que considerava impróprio, tendo a censura como um ato político.

Quando se fala em censura pensa-se que este desejo partia apenas do Estado, mas Fico (2002) apresenta uma carta “Prezada censura”, dirigida ao DCDP, cuja carta pedia maior censura nos programas de TV, em nome da moral e dos bons costumes, pois se entendia que os programas apresentados corrompiam os lares, mostrando assim que teve uma parte da sociedade que apoiava a censura aplicada pelo governo.

Fico (2002) ainda apresenta uma curiosidade, pois:

Curiosamente, não foi durante o período admitido como o de auge da repressão (governos da Junta Militar e de Emílio Médici) que houve mais cartas pedindo censura, tanto quanto também não foi nessa fase que houve mais censura. A maior parte das cartas concentra-se entre os anos de 1976 e 1980, portanto, após a posse do governo da “abertura política” de Ernesto Geisel, adentrando o de João Figueiredo. (FICO, 2001, p.27).

Cordeiro (2009) apresenta um cenário da Ditadura Militar que varia entre os tempos de ouro e de chumbo, os tempos de ouro perpassam sobre a

perspectiva otimista do país, na qual era reforçada a ideia de estabilidade e de crescimento econômico. Em contra partida Cordeiro (2009), fala sobre a censura, a violência e as torturas destinadas a todos aqueles que eram contra o Regime, amedrontando toda a sociedade, para que não se colocassem contra ao governo, pois o chumbo seria pesado, pensamento este evidenciado pela edição do Ato Institucional nº 5, que aumentou a repressão contra os grupos de oposição ao regime, incluindo os jornais impressos.

O Regime Militar, segundo Cordeiro (2009) pode ser encarado por diferentes perspectivas:

Foram, muitas vezes, os dois ao mesmo tempo, ou ainda: se foram um e outro, é preciso perceber que há um enorme espaço entre quem os viveu como anos de ouro e quem os viveu como anos de chumbo, configurando, entre um polo e outro, uma diversidade enorme de comportamentos sociais. É importante, pois, tentar apreender a diversidade e complexidade das relações entre ditadura, sociedade e os grupos organizados que atuaram contra o regime. (CORDEIRO, 2009, p.7)

Samways (2007) aponta para a Ditadura Militar como um período marcado por fatos políticos que merecem atenção como as “disputas políticas, os interesses individuais, a atuação de partidos políticos, da mídia, os acordos feitos, enfim aquilo que remete ao político” (SAMWAYS, 2007, p. 08). O fim da Ditadura Militar no Brasil ocorreu em 1985, incentivado pelo movimento das “DIRETAS JÁ³”, acompanhado também pelo grande descontentamento da população pela recessão econômica que o país sofria, além do abuso de poder, da censura e da violência.

A RELAÇÃO DO JORNAL ESCRITO E A DITADURA MILITAR

A relação entre os jornais e o Regime Militar foi marcada por diferentes e complexas situações, variando entre o apoio e a crítica, assim como também ocorreu com a sociedade. O Jornal, como imprensa escrita de grande circulação, assumiu relevante papel na difusão do referido regime, pois possui a capacidade de influenciar a formação de opiniões da sociedade, já que no período da Ditadura a televisão ainda estava se consolidando. Sabe-se que os meios

de comunicação e imprensa, incluindo os jornais escritos, não são propriamente ferramentas políticas, porém no período da Ditadura Militar se tornaram veículos de caráter político de propaganda do governo.

Samways (2007) relaciona a imprensa, no período militar, ao poder, como apoio e como resistência, assim torna-se necessário investigar a ideologia publicada junto com as notícias, qual o interesse dos grupos em tornar pública certas informações. O uso de diferentes ferramentas foi utilizado pelo poder político do referido período, como um meio de legitimar o seu governo, onde “a censura à imprensa seria um dos pilares da repressão, no sentido de que buscava impedir que qualquer crítica ao governo fosse publicada, contribuindo assim para uma melhor imagem do governo” (SAMWAYS, 2007, p. 01).

Motta (2013) fala sobre o impacto do AI-5 no discurso jornalístico, pois a referida ação significou, no primeiro momento, a erradicação dos debates políticos nos jornais, onde foram mandados para as principais redações censores, que realizariam um trabalho de vistoriar as notícias antes de serem publicados, somente em 1969, estes censores foram retirados e os jornais voltariam a tratar de política, porém ainda de maneira cautelosa.

Samways (2007) cita que juntamente com a censura o uso da propaganda realizada pelas agências do governo, visava apresentar para a população um país bom, em pleno crescimento, um país principalmente que todo o povo amasse, e para isso era necessário controlar a imprensa, assim a sociedade só seria informada sobre aquilo que o governo militar julgava necessário.

Durante as restrições impostas pelo regime, alguns jornalistas acabaram servindo de base para a resistência ao autoritarismo, como cita Moraes (2014):

Jornalistas, em diversos casos, tentaram resistir à censura, seja através da exploração de brechas e contradições dentro dos próprios veículos em que trabalhavam, seja se reunindo em projetos alternativos que visavam divulgar, dentro do possível, as informações que as empresas jornalísticas omitiam (ou por autocensura ou por adesão à ditadura). Essas resistências objetivavam divulgar aspectos da realidade social, política e econômica que estavam sendo ignorados ou mascarados pelas empresas de mídia. Para isso, os profissionais tentavam realizar conteúdos (entrevistas, artigos, charges, poemas,

³ Diretas já: Campanha que iniciou com um pequeno comício em Goiânia no início de 1983 crescendo ao longo deste ano, chegando a ter mais de um milhão de pessoas no último comício em janeiro de 1984 na capital de São Paulo. A campanha polarizou a sociedade brasileira, pois propunha eleições diretas para Presidente da República, após um longo período de ditadura civil-militar. (Nery, 2010).

fotografias, etc) que evidenciassem os conflitos e os problemas vividos pelas diferentes classes sociais em plena época do chamado “milagre econômico”. (MORAES, 2014, p. 6).

As diferentes perspectivas referentes à Ditadura Militar foram apresentadas nas páginas dos mais diferentes jornais, de forma direta e também nas entrelinhas, registrando a passagem deste momento histórico, que teve grande repercussão em todo país. Através dos diferentes jornais, buscavam impor seu poder, e a censura buscava encobrir fatos da realidade do país “emitindo normas a serem seguidas pela imprensa, com assuntos proibidos, prendendo jornalistas. Em contrapartida, criava um material que mostrava o Brasil de outra forma, mais positiva, um Brasil que ninguém seguraria, ou um país que deveria ser amado” (SAMWAYS, 2007, p. 09).

JORNAL A GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA

A cidade de Rio Negro PR, segundo Mello (2014) nasceu de um antigo pouso de tropeiros, caminho que ligava Viamão (RS) a Sorocaba (SP). Uma cidade que faz divisa com o estado de Santa Catarina, especificamente com o município de Mafra, sendo conhecidas as duas cidades como irmãs. No território rio-negrense não possui nenhuma sede de jornal impresso, os impressos que circulam na cidade são originários da cidade de Mafra SC.

Segundo o site local denominado “Clik Rio-mafra”, foi partindo da necessidade de mais um órgão de imprensa na região, que foi constituído o jornal A Gazeta de Rio Negro e Mafra. Atento àquela demanda e com apoio inicial e de fundamental importância da população e líderes políticos, como os prefeitos de Rio Negro José Müller e Alceu Antônio Swarowski, de Rio Negro, o empresário Paulo José de Souza Filho teve a iniciativa de criar o Jornal A Gazeta de Rio Negro, que depois se tornou A Gazeta de Rio Negro e Mafra, visto que as cidades vizinhas, mesmo sendo de estados diferentes, mantêm uma relação política, social e econômica.

O ano de fundação do Jornal Gazeta de Rio Negro e Mafra deixa uma lacuna, pois no site do jornal consta sua fundação em 1981, porém na Biblioteca Pública Municipal Professora Maria Alzira do Vale existe exemplar desde 1966, com edições publicadas nas quartas-feiras, aos sábados e aos

domingos. Especificamente referente ao ano de 1968 existem seis exemplares em perfeitas condições, sendo distribuídas entre notícias políticas, econômicas, sociais e culturais, além de muitas propagandas, sendo um jornal de circulação semanal na época, com onze páginas cada, sendo dos dias sete, quatorze, vinte e um e vinte e sete de janeiro, dezessete de fevereiro e do dia primeiro de dezembro. A edição de primeiro de dezembro consta como o exemplar de número 50.

As fontes estão bem preservadas, pois o responsável pela biblioteca busca deixar os arquivos com os jornais em lugar apropriado, separados por data, sendo monitorado o seu acesso, mas aberto ao público. Os seis exemplares do Jornal A Gazeta de Rio Negro e Mafra foram escolhidos por se tratarem dos exemplares mais acessíveis, além de ser o jornal de maior circulação na região, e ano de 1968 foi escolhido para investigação por ser o ano do Ato Institucional nº 5, que dava fim aos direitos civis e da censura aos meios de comunicação.

Os anos ditos de chumbo da Ditadura Militar trouxeram diversas consequências para a sociedade Cordeiro (2009) cita que com a edição do Ato Institucional número 5, aumentou consideravelmente a repressão contra qualquer grupo ou sujeito contrário ao regime, os meios de comunicação passaram a caminhar junto com a censura e a tortura se tornou uma política de Estado. Fico (2002) ainda completa sobre o corte de liberdade de criação e estrutura dos meios de comunicação e informação, visando impedir as críticas ao governo, buscando controlar a imprensa para construir uma imagem positiva da nação, mascarando as medidas que terminavam com a liberdade de expressão das pessoas.

A maioria das notícias e colunas é assinada por um jornalista muito conhecido na região, João Edevardes Sartori, vulgo “Jota Sartori”, ele também era o locutor da rádio local São José. Jota Sartori também foi responsável pelo jornal Tribuna da Fronteira, que pertence a sua família. O referido jornalista possuía uma vida política bem ativa, exercendo o cargo de vereador por dois mandatos entre 1983 e 1996, atuando como presidente do Legislativo mafrense em 1995. Durante seus programas na rádio e nas suas colunas nos jornais Sartori fez uso da voz para tratar de assuntos políticos, seja reivindicando algo ou apresentando os problemas da cidade.

AS NOTÍCIAS POLÍTICAS DO JORNAL GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA

Os seis exemplares do Jornal Local A Gazeta de Rio Negro e Mafra do ano de 1968 apresentam entre diversas notícias de cunho social e cultural, muitas propagandas e também notícias políticas, que são o foco da pesquisa. Cada exemplar do jornal possui em média 11 páginas que estão no acervo da Biblioteca Pública Municipal Professora Maria Alzira do Vale.

As notícias políticas são diversas tanto informativas como de opinião. Algumas colunas como “Política & Políticos”, do jornalista J. Sartori se repetem em todas as edições com pequenas notas que falam tanto das notícias locais, como a sucessão de candidatos, por exemplo, o trecho que diz: “Em Rio Negro, a política por enquanto está meio apagada, mas, assim mesmo já começa o zum-zum na sucessão municipal. Vamos dar tempo ao tempo...” (GAZETA DE R. M. 07 de Janeiro de 1968), como sobre o andamento de grandes partidos como ARENA.

Nesta mesma coluna percebe-se que o jornal influencia o leitor quando afirma alguma informação, sem bases concretas. Ao apresentar os possíveis candidatos à prefeitura do município de Rio Negro, diz que o candidato Alceu Swrowski possuía grandes chances em relação aos demais, mas não cita com bases em quais pesquisas isso é verídico, como se nota:

Enquanto isso são os seguintes nomes mais comentados nos círculos políticos de Rio Negro, como possíveis candidatos a Prefeito, para o próximo pleito: Dr. Alceu Swarowski (este com grande chance), José Severino Machado, Agostinho Paizzani Filho, Dr. Roland von Linsingen e o Orlando Mazzali (GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA. 07 de janeiro de 1968).

Esta afirmação vai ao encontro com que afirma Aguiar (2010) quando fala que o jornal é um meio de comunicação muito utilizado no jogo político, como um instrumento que auxilia na construção da imagem dos candidatos e na divulgação das plataformas eleitorais, tanto nacionais como locais.

O jornalista Jota Sartori, como já mencionado anteriormente, possuía grande influência política, buscava através das suas colunas, expressar a sua opinião o trecho a seguir demonstra como Sartori utilizava das páginas do jornal para comunicar-se politicamente a sua opinião:

Enquanto isso um ex-prefeito daqui, berrava outro dia: “Eu sou um homem que não lê jornal daqui, nem muito menos a coluna do Sartori; não me interessa

notícia sobre minha pessoa; nem bem nem mal. Não leio jornal de maneira nenhuma”“. Ao que interfe-ri, respondendo: “Isso não é privilégio do senhor, muita gente por ai não lê nada.... (GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA, 21 de janeiro de 1968).

Sua resposta demostra sua crítica em relação à educação da região, a falta do incentivo ao desenvolvimento da cultura de leitores. Demonstrando também que não tinha receio de expressar a sua opinião de forma direta, apesar do período que se encontrava.

Algumas notícias são publicadas com letras grandes para chamar a atenção dos leitores, que retratam a positividade do país como os investimentos, como a construção do Ambulatório do INPS na região, do deputado Eugênio Doin Vieira, à construção da ponte Rio-Niterói, como uma obra Federal. Há um grande destaque para a manchete “Vem aí... Verba de 500 milhões para Rio Negro” (GAZETA DE R. M. 17 de fevereiro de 1968), parabenizando os políticos que conseguiram a verba. Chartier (1988) fala do uso nos textos impressos na transformação da letra, como nos títulos, o autor defende que o uso deste recurso refere-se à “[...] uma formula editorial que visa atingir os leitores mais numerosos e mais populares” (CHARTIER, 1988, p. 128), de forma mais direta.

O jornal também publica junto com as notícias, notas que exprimem opinião contra os acontecimentos políticos, o que causa grande espanto devido o período que se encontravam a Ditadura Militar. A publicação sobre o “Ensino no Brasil” fala sobre a falta de projetos para a instalação de uma faculdade na região, assim como a falta de vagas para as faculdades da capital, concluindo que são poucos que conseguem chegar até lá, criticando também a qualidade do ensino primário. Na nota que fala do investimento de três milhões para a região, termina com a frase “Entretanto não representa todo o esforço do desenvolvimento a ser desencadeado pelo Governo Federal em 1968” (GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA, 21 de janeiro de 1968), demonstrando a insatisfação perante o enunciado.

A coluna “Problemas da Minha Cidade” é bem interessante, é um espaço onde são retratados problemas e reivindicações, como a citação “Nossas cidades sentem falta de um corpo de bombeiros, precisamos de faculdade, afim de que a juventude que termina o colégio, não fique a ver navios”. (GAZETA DE R. M. 07 de janeiro de 1968), pedindo que as autoridades políticas apresentem soluções. Na mesma coluna há uma reivindicação referente aos mendigos

da cidade de Rio Negro;

MENDICÂNCIA TRAZ MAU ASPECTO À RIO NEGRO – A miséria e pobreza, é levada sob um mau aspecto pelos turistas e passageiros, que se destinam aos grandes centros, devido ao aglomeramento de pedestres no Rio Negro Hotel (...), sendo motivo de uma má impressão de nossa cidade. (GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA, 01 de dezembro de 1968).

Nota-se que as reivindicações políticas feitas pelo jornal demonstram uma posição política, pois apresenta as necessidades locais, evidenciando os interesses da elite da região, representando apenas uma classe da sociedade.

Outra questão relevante refere-se à omissão de discussão sobre as desigualdades sociais, como na notícia sobre os mendigos, enfatizando o desenvolvimento econômico da região e não social, pois como cita Certeau (1982) que todo o discurso parte de um lugar social, em uma relação entre o que é real e o discurso, sendo e uma linguagem compreensível ou na necessidade de decodifica-la.

Uma medicina e uma historiografia moderna nascem quase simultaneamente da clivagem entre um sujeito supostamente letrado, e um objeto supostamente escrito numa linguagem que não se conhece, mas que deve ser decodificada. Estas duas "heterologias" (discursos sobre o outro) se construíram em função da separação entre o saber que contém o discurso e o corpo mudo que o sustenta. (CERTEAU, 1982, p. 10).

Quando se lê os títulos a primeira impressão que se tem é que o jornal se coloca a frente das reivindicações políticas para todos, porém ao ler a publicação inteira, percebe-se que as reivindicações buscam atender somente a elite local, não os mais necessitados, como os mendigos, que ao invés de propor meios para auxiliar esses sujeitos, o problema estaria em sua condição de vida a publicação retrata o mendigo com o próprio problema. Visando segundo Certeau (1982) um jogo indefinido de pensamentos reservado a uma elite que busca a manutenção de uma ordem já estabelecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o jornal trabalha com notícias políticas regionais, nacionais e até internacionais, como um meio de informar a população de forma mais global, com foco na população mais letrada e com mais condições financeiras.

Fico (2002) menciona que o ano de 1968 foi o ano do período militar mais radical, onde diversos

meios de comunicação sofreram com a censura de forma bem violenta. Chammas (2012) confirma ao relatar sobre a censura durante a ditadura militar em jornais de grande porte, como o Jornal do Brasil e o Correio da Manhã, porém no Jornal Gazeta de Rio Negro e Mafra sendo um jornal de pequeno porte, percebe-se que a repressão não foi tão intensa, pois apesar de publicar notícias que perpassam uma imagem positiva do governo em 1968 de Costa e Silva, também publicam críticas, tanto ao governo Federal como local, tanto nas entrelinhas como de forma direta, com letras em caixa-alta e em destaque.

Assim, a influência da censura da ditadura militar no Jornal local Gazeta de Rio Negro e Mafra no ano de 1968 não foi tão intensa como nos jornais maiores das grandes cidades. As notícias publicadas perpassavam o lado positivo do Governo, como os investimentos, mas também utilizavam o jornal como um meio de criticar e expressar a sua opinião sobre os acontecimentos políticos da região.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto de. **Imprensa: Fonte de estudo para construção e reconstrução da História**. Santa Maria – RS. ANPUHRS, 2010.

CALONGA, Maurilio Dantielly. **O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história**. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2012. Disponível em: <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/1N2/7.pdf> Acesso em: 14 de agosto.

CERRI, Luís Fernando. FERREIRA, Ângela Ribeiro. **Oficina de História III**. Ponta Grossa – PR: Ed. UEPG, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13122012-101040/pt-br.php>. Acesso em: 17 de abril de 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações.** Portugal: DIFEL, 1988.

CLEMENTE, Rafael Willian. **História Política e a “Nova História”: um breve acerto de contas.** Volta Redonda: UniFOA, 2011.

CLIKRIOMAFRA, Gazeta de Riomafra. Disponível em: <<http://www.clickriomafra.com.br>> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Anos de chumbo ou de ouro? A memória social sobre o governo Médici.** Estudos Históricos, vol. 22, nº 43, p. 85-104, Rio de Janeiro, 2009.

DIAS, Luiz Antônio. **Imprensa e Poder: uma análise da ação dos jornais OESP e Folha de São Paulo no Golpe de 1964.** São Paulo, editora UNESP, 2010.

FÉLIX, Loiva Otero. **A História Política Hoje: novas abordagens.** Revista Catarinense de História, nº 5, Santa Catarina, 1998.

FICO, Carlos. **“Presada Censura”: carta ao regime militar.** Topoi, Rio de Janeiro, 2002.

GAZETA DE RIO NEGRO E MAFRA. Mafra – Santa Catarina, 1968.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O Jornalismo impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos.** Porto Alegre, ALCAR, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view> Acesso em: 15 de agosto.

MELLO, Fábio Reimão de. **Rio Negro – 144 anos dede história e conquista de um povo ordeiro e trabalhador.** 2014. Disponível em: <http://www.guiariomafra.com.br/historia-da-cidade-de-rio-negro> Acesso em: 01 de junho.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **História Geral e Brasil.** São Paulo: Atual, 2003.

MORAES, Lívia Assad de. **Ditadura Militar: a memória jornalística como parte da construção da verdade histórica.** Rio de Janeiro. GT 8-Histriografia da Mídia, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969.** Belo Horizonte, MG: CNPq, 2013.

NASCIMENTO, Amanda Caroliny Alves. Et al. **A Ditadura Militar e a Censura no Jornal Imprenso (O Estado de São Paulo).** Minas Gerais: Encontro Nacional da História da Mídia, 2013.

NERY, Vanderlei Elias. **Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites.** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NÉSPOLI, José Henrique Songolano. **Cultura Política, História Política e Historiografia.** UNESP, São Paulo, 2015.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **História Política e Ditadura Militar.** Relações Internacionais no Mundo Atual, Curitiba, n. 7, p. 75-90, 2007.

SILVA, E. A. SANTOS, F. L. DENIPOTI, C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II.** Ponta Grossa – PR: Ed. UEPG, 2011.